

HABEAS CORPUS Nº 502.423 - SP (2019/0094967-6)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ALLINE DELBEM - SP331173
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : J M DA S (INTERNADO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de J M DA S, na qual se pretende a revisão de decisão monocrática de Integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2068661-36.2019.8.26.0000, que indeferiu pleito liminar em *writ* impetrado na mencionada Corte.

Sustenta a impetrante que se estaria diante de flagrante ilegalidade passível de afastar o óbice contido no enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Alega a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o paciente se encontra internado provisoriamente de modo indevido, em razão da prática de ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas, em descompasso com o disposto nos arts. 108 e 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja determinada a liberação do menor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça, "na esteira da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, entende que não cabe *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem" (AgRg no HC 417.895/TO, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 23/10/2017).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular, tendo em vista que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, restando fundamentada a negativa do pleito liminar.

Com efeito, o Desembargador Relator consignou que "A *r. decisão atacada está suficientemente fundamentada e bem justificou as razões da necessidade de internação do paciente, que assumiu a prática delitiva e não mais obedece o seu genitor, "... de modo que a internação provisória irá resguardar o adolescente de novo contato com o ambiente criminoso no qual estava inserido"* (fls. 34/35)." (e-STJ fl. 57).

Desta forma, não se constata qualquer vício na negativa do pleito liminar formulado no *mandamus* originário, tendo sido declinadas justificativas plausíveis para o indeferimento da cautela almejada, sendo certo que o revolvimento das questões nele aventadas e aqui reiteradas certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois serão alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **indefere-se liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 04 de abril de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

